

## **O passado e o presente da puericultura através da história do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira**

Helber Renato Feydit de Medeiros\*

### **A puericultura ontem: seus primeiros passos no Brasil**

O termo puericultura, que etimologicamente significa criação – cultura – da criança – puer -, foi utilizado pela primeira vez pelo suíço Jacques Ballexserd em 1762, e persistiu até os dias atuais dentro da Medicina Pediátrica. Ela é um conjunto de normas com diferentes graus de cientificidade e que procura assegurar o melhor desenvolvimento para as crianças (BONILHA, 2004: 47 e 83).

A história da puericultura no Brasil tem início com Carlos Artur Moncorvo Filho (1871-1944). Filho de Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, primeiro especialista em medicina pediátrica no país, seguiu os passos do pai. Realizou grande campanha em defesa da criança e da raça e fundou, em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, instituição que se tornou modelo na assistência à maternidade e à infância no país na época. Criou ainda o Departamento da Criança no Brasil e o Museu da Infância, com objetivos eminentemente pedagógicos, dedicados a apresentar os efeitos nocivos do alcoolismo, da tuberculose, da sífilis, do abandono material e moral das crianças e as soluções para tais problemas. Contava com doze filiais espalhadas pelo país, sendo que em 1927, aumentou para vinte e duas filiais.

O modelo liberal de Estado negava a questão social como problema econômico-social e a reputava como problema de higiene e de moral. Tratada como problema de instrução e saúde pública, ficava a cargo do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. As pressões provenientes da classe trabalhadora desde o final da década de 1910, contudo, forçavam atitudes do Estado para conter a crise que se avolumava. Com a Reforma Carlos Chagas (1919), foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), órgão que contribuiu para expandir e centralizar as ações de saúde pública. Junto com o Departamento Municipal de Assistência Pública (DMAP)

---

\* Doutorando em saúde coletiva pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ).

do Distrito Federal, passou a ter atribuições voltadas para a proteção materno-infantil. Organizou-se, em 1923, a Inspetoria de Higiene Infantil. Dirigida por Antônio Fernandes Figueira, especialista da área materno-infantil e fundador da Sociedade Brasileira de Pediatria em 1910, funcionou de forma precária. No entanto, a influência de Fernandes Figueira foi importante para a criação do Hospital Artur Bernardes (1924). Instalado em um prédio anexo ao desativado Hotel Sete de Setembro, na região do Morro da Viúva, cidade do Rio de Janeiro, ficou diretamente vinculado à Inspetoria de Higiene Infantil, já que as instalações daquela instituição eram contíguas.

Em 1927 a instituição mudou a denominação para Abrigo-Hospital Artur Bernardes, passando a ter a obrigatoriedade de internação das mães junto a seus filhos, quando necessário. Tal união tinha o objetivo de evitar a depressão entre as crianças, auxiliando na velocidade e na eficiência do tratamento. Entretanto, a pressão exercida pelas camadas sociais mais desfavorecidas da população, obrigava o governo a agir de forma a fornecer serviços de educação e saúde àqueles segmentos, a fim de minimizar a insatisfação popular. Após a Revolução de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), como uma tentativa de ter maior controle sobre as ações de saúde e educação no país.

### **De Instituto Nacional de Puericultura à Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil**

Pelo decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) incorporou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e a Inspetoria de Higiene Infantil, chefiada por Olympio Olinto de Oliveira, na época responsável pela assistência à saúde materno-infantil. A mortalidade infantil era responsável por grande número de vidas ceifadas no país e constituía-se no grande problema a ser combatido, uma vez que se constituía em grande empecilho para concretização do projeto nacionalista, de zelar pela saúde e o desenvolvimento físico e mental das gerações futuras (SOUSA, 2000: 222-223).

A Conferência Nacional de Proteção à Infância foi realizada na Capital Federal em setembro de 1933 e no ano seguinte, algumas das decisões deliberadas começaram a serem postas em prática. O decreto nº 24.278, de 22 de maio de 1934, extinguiu a

Inspetoria de Higiene Infantil e criou a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (DPMI), dirigida por Olympio Olinto de Oliveira. Todo o corpo burocrático da antiga Inspetoria foi transferido para a nova Diretoria. Esta ficou encarregada de montar um programa de proteção materno-infantil de alcance nacional e colocá-lo em funcionamento o mais rápido possível, a fim de legitimar suas ações. No entanto, a falta de recursos fez com que a burocracia médica federal foi obrigada a apelar para o discurso de cooperação social, a fim de que a proteção materno-infantil alcançasse as populações rurais. (PEREIRA, 1992: 94-115).

Através do decreto nº 572 A, foi criado o Instituto Nacional de Puericultura, porém, de vida curta. Desde a sua fundação, funcionou de forma precária, não possuindo instalações físicas. Em outubro de 1937, os serviços do Instituto funcionavam nas instalações do Laboratório e do Consultório de Higiene Infantil da Gamboa, que haviam sido postos à disposição pelo Serviço de Puericultura do Distrito Federal, porém, no mesmo mês, foi lançada a pedra fundamental na Praia Vermelha, em solenidade com a presença do Presidente Getúlio Vargas. Quando tudo parecia a contento, Capanema, o então Ministro da Educação e Saúde, mesmo com o descontentamento de seu subordinado, Olympio Olinto de Oliveira, acabou incorporando o Instituto à Universidade do Brasil pelo decreto nº 98 de 23 de dezembro de 1937. Além disso, o transferiu do Departamento de Saúde para o Departamento de Educação. O Ministro sempre teve a intenção velada de incorporar o Instituto à Universidade do Brasil e assim, construir suas instalações na Ilha do Fundão, Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, local onde estava sendo construída a Cidade Universitária. Com isso, o INP passou a ser denominado Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil (IPUB), passando a ter como finalidade, incentivar as pesquisas em torno do problema da saúde da criança e a organização do ensino de puericultura em nível superior. Para tal finalidade, foi criada a Cátedra de Puericultura e Clínica da Primeira Infância na Faculdade de Medicina, sendo Diretor, Joaquim Martagão Gesteira (SOUSA, 2000: 227).

Pode-se analisar a sua vida institucional, até quase a metade do período do Estado Novo, através dos Boletins do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil. Voltados para um público seletivo, os especialistas em Medicina, tendiam a apresentar análises técnicas e pesquisas científicas em torno de trabalhos desenvolvidos

por especialistas do campo, no mundo acadêmico e na instituição. No número 1, Gesteira apresenta a organização institucional. O Instituto era dividido em três seções: de Estudos e Investigações; de Educação e Publicidade e; de Serviços de Assistência. A Seção de Serviços de Assistência compreendia três agrupamentos de obras de assistência à maternidade e à infância: Eugenética e Puericultura Pré-Natal; Puericultura Pós-Natal e; Pediatria e Patologia. Nas palavras de Gesteira, esses agrupamentos de obras seriam formados por consultórios modelares pré-nupcial, pré-natal, de lactantes, de escolares, pré-escolares, dentários, etc. Contudo, a estrutura do Instituto, apresentada no organograma do referido boletim, era muito mais complexa. Vinculado à Universidade do Brasil, o Instituto era dirigido pelo Catedrático de Puericultura e Clínica da 1ª Infância cuja função era ligada à Secretaria e Expediente de um lado e, indiretamente, ao Laboratório de Biologia Infantil, do outro. Este último era ligado diretamente ao Juízo de Menores e, indiretamente, ao Centro de Eufrenia. Abaixo da Direção do Instituto de Puericultura, estava o Assistente Técnico. Este era ligado à Secretaria e Expediente e tinha por subordinação, as três seções com suas respectivas subseções encarregadas de cumprir as finalidades da instituição: a) Seção de Estudos e Investigações; b) Seção de Ensino e Propaganda e; c) Seção de Serviços de Assistência.

Todas essas subseções, geralmente, possuíam ligações indiretas entre si e com as subseções da Seção de Ensino e Propaganda, responsável pela publicidade do trabalho do Instituto. Exceção a Biblioteca, sem ligação indireta com as demais subseções e ligada diretamente com a Seção de Estudos e Investigação. As subseções de Estudos e Inquéritos e de Investigações e Pesquisas, ligavam-se indiretamente à subseção de Revistas do Instituto. As demais possuíam ligações indiretas com as subseções de Cinema Educativo e de Museu de Higiene Infantil.

Pela estrutura das seções do Instituto, dá para se fazer uma análise do trabalho da instituição como um todo em relação à questão da assistência à maternidade e à infância. À Seção de Estudos e Investigações, cabia realizar levantamentos sobre higiene e saúde da criança, a fim de colaborar na solução de problemas de fisiologia, de higiene e de patologia infantil. Para isso era necessário fazer trabalho de campo, de coleta de dados dos pacientes através das subseções de Estudos e Inquéritos; Investigações e Pesquisas e; de Serviço Social. Apesar de ligada a essa Seção, a Biblioteca possuía relativa autonomia, uma vez que se prestava a armazenar os dados

coletados e os trabalhos acadêmicos da área pediátrica, necessários aos especialistas do campo de assistência à infância para estudos de casos.

A Seção de Ensino e Propaganda tinha dupla função, como discriminado na própria denominação: além da propaganda dos trabalhos do Instituto, ficava encarregada do apoio ao ensino – a subseção de Puericultura e Clínica da 1ª Infância, apoiava a Cátedra na oferta de cursos técnicos e práticos de puericultura e clínica de primeira infância da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Já a subseção Cursos de Aperfeiçoamento era responsável pelos cursos de especialização em puericultura e clínica de primeira infância e era voltado para os doutorandos em Medicina. Ambas as subseções ofereciam cursos superiores e eram voltadas para o público interno, ou seja, para os alunos da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil; a subseção Cursos Populares de Puericultura, porém, era voltada para o público externo e tinha como função, oferecer cursos elementares de higiene infantil para meninas que freqüentavam os estabelecimentos de ensino primário e cursos médios para as mulheres que, conscientemente, desejassem ser mães. Para cumprir com sua finalidade, a subseção de Cursos Populares contava com o apoio das subseções Cinema Educativo, que apresentava filmes sobre higiene infantil e puericultura, e Museu de Higiene Infantil, que apresentava fotos sobre a evolução da profilaxia de doenças e de higiene infantil no país; propaganda – essa parte ficava a cargo da subseção Revistas do Instituto, que deveria apresentar, principalmente ao público externo, as propostas e experiências da instituição no meio social, a fim de dimensionar o trabalho dos especialistas do campo e expandir os conhecimentos de higiene infantil e puericultura. A Seção de Serviços de Assistência se voltava para os cuidados com as gestantes, com as mães e com as crianças. Ela era responsável pelo trabalho de puericultura propriamente dito, no contato direto com os pacientes, além do trabalho de clínica da primeira infância. Se dividia em três partes: Puericultura Pré-Fecundação e Puericultura Intrauterina; Puericultura Pré-Natal e; Puericultura Extrauterina.

O Instituto passou a ser reconhecido pelos seus serviços junto à população, como modelo na assistência à maternidade e à infância. Entretanto, segundo André Ricardo Pereira, a ameaça de perda do Abrigo-Hospital Artur Bernardes e do controle sobre o Serviço de Puericultura do Distrito Federal em 1938, contrastavam com a crescente atividade do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil, causando

atrato entre Olinto de Oliveira e Martagão Gesteira. Segundo o autor, em dezembro de 1938, Gesteira teve que apresentar um plano restringindo as atividades do Instituto, suprimindo o consultório de gestantes, da maternidade, do ambulatório da segunda infância e do hospital infantil (PEREIRA, 1992, p. 123). Segundo Cynthia de Sousa, Gesteira, em ofício encaminhado a Capanema em dezembro de 1938, afirmava que o Instituto de Puericultura não era e nem jamais pretendia ser estabelecimento de atividades assistenciais, pois essas deviam ficar a cargo da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância e sim, um mero órgão universitário de estudos e de ensino, que necessitava de um prédio próprio para o bom desempenho de suas atividades (SOUSA, 2000, p. 229). No entanto, através de análises nos mapas presentes nos boletins do Instituto de Puericultura, observa-se que o consultório de gestantes funcionou normalmente até o final de 1940.

Olinto de Oliveira muito se preocupava o esvaziamento da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI) e o engrandecimento do Instituto de Puericultura. Após viagem à Europa, em meados de 1937, concluiu ser necessário o fortalecimento burocrático. A fim de mudar essa situação, escreveu diversos ofícios ao Presidente Getúlio Vargas reclamando de uma série de situações, entre elas, a falta de autonomia da Divisão devido a subordinação ao DNS. Em 1939, o governo anunciou que criaria o Departamento Nacional da Criança, atendendo às reivindicações de Olinto de Oliveira, porém, o mesmo só foi efetivado através do Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940. Entretanto, a vitória de Olinto de Oliveira sobre Martagão Gesteira somente se efetivou com a publicação do Decreto-Lei nº 3.775 de 30 de outubro de 1941, decreto esse que dispõe sobre a organização do Departamento Nacional da Criança. Nesse decreto, o Instituto Nacional de Puericultura foi recriado, agora como órgão subordinado ao referido Departamento, e incumbido de fornecer subsídios ao ensino de puericultura e clínica de primeira infância da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, ou seja, apenas como centro de estudos e pesquisas. Suas novas instalações passaram a ser no antigo Abrigo-Hospital Artur Bernardes, que foi incorporado ao recriado Instituto, deixando de ser administrado pela prefeitura do Distrito Federal, que o fazia desde 1938. A direção do Instituto Nacional de Puericultura passou a ser atribuição do diretor do Hospital Artur Bernardes, que no caso era o filho de Olympio Olinto de Oliveira, o Dr. Mário Olinto de Oliveira, extinguindo-se assim, o Instituto de

Puericultura da Universidade do Brasil. Independente da guerra burocrática, o Instituto continuou funcionando normalmente até a sua extinção formal, em 30 de outubro de 1941.

Em relação aos Boletins do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil, foram redigidos apenas três volumes, referentes aos anos de 1938, 1939 e 1940, sendo cada volume com dois números por ano. Com o fim do Estado Novo, o Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil foi recriado e seu boletim voltou a ser editado. O volume nº 4 foi publicado no ano de 1946 e o registro de suas publicações vai até o volume nº 21, já no ano de 1964.

Segundo Bonilha, após o golpe do Estado Novo, foi conferida uma importância maior à puericultura devido a uma combinação de fatores, tais como a necessidade de se criar uma nova mão-de-obra para a indústria e a importância que a infância passou a ter, através de um discurso nacionalista e eugenista, voltado à construção de uma grande nação e de uma poderosa raça. Entretanto, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a puericultura começou a mudar o seu discurso. O conceito de saúde foi ampliado, deixando de se preocupar, em seu discurso oficial, exclusivamente com a prevenção de doenças e com a mortalidade infantil, tentando oferecer a seus usuários, um desenvolvimento saudável em todos os aspectos, inclusive os psicológicos. Ocorreu grande investimento na puericultura coincidentemente com o avanço na industrialização. Os pediatras começaram a identificar na desigualdade social e nas políticas de governo, causas para as mazelas infantis, deixando de lado o antigo discurso de atribuir à ignorância, a inferioridade das classes mais baixas da população. Devido às críticas à puericultura praticada pelas esferas governamentais nos anos de 1930 e 1940 e aos estudos sobre as condições sociais da população, efetuados pelos especialistas do campo pediátrico, dá-se início, já na década de 1960, à chamada pediatria social (BONILHA, 2004: 66-69).

### **A puericultura hoje: o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira**

Definir o conceito de puericultura atualmente é definir suas práticas e seus objetivos. Segundo Bonilha, nos últimos anos, em função de determinados movimentos no interior da medicina, movimentos estes que visam formar um médico mais

capacitado para o trabalho em atenção primária e no Sistema Único de Saúde (SUS), a puericultura, entre outras especialidades, vem passando por um processo de revitalização, após uma aparente desvalorização diante de dois grandes movimentos: a superespecialização e a sofisticação tecnológica no interior da pediatria e; o aparente esgotamento do seu campo de conhecimentos, além do deslocamento de muitos dos seus saberes e funções para outros da sociedade (BONILHA, 2004: 19-20). Para formular tal conceito, deve-se levar em consideração, as práticas e os objetivos da instituição modelo no ensino de puericultura no âmbito do Ministério da Educação, o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG).

Oriundo do antigo Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil, esta instituição se localiza na Cidade Universitária, na cidade do Rio de Janeiro, desde 02 de outubro de 1953, quando foi inaugurada a nova instalação por Joaquim Martagão Gesteira, seu primeiro Diretor. Após o falecimento deste, o Instituto, em sua homenagem, recebeu a denominação atual. É uma unidade que compõe o complexo docente-assistencial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que presta assistência hospitalar e ambulatorial secundária e terciária, além de desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na área da saúde da criança e do adolescente. Além de encontrar-se inserido no conjunto de unidades acadêmico-assistenciais da Universidade, em suas instalações funciona a sede do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina.

A estrutura organizacional do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira é formada, basicamente, da seguinte forma: a) Direção Geral (Núcleo de Qualidade Institucional, Ouvidoria, Gabinete, Assessoria de Planejamento e Diretorias Adjuntas de Atividades Acadêmicas, Administrativas e Assistenciais); b) Diretoria de Atividades Acadêmicas (Comissão de Ética em Pesquisa, Biblioteca, Centro de Estudos e as Divisões de Extensão, de Pesquisa e de Ensino); c) Diretoria de Atividades Administrativas (diversas comissões e divisões) e; d) Diretoria de Atividades Assistenciais (Comissão de Ética Médica, Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Comissão de Revisão de Óbitos, Comissão de Revisão de Prontuários, Divisão Médica, Divisão de Diagnóstico, Divisão de Enfermagem e Divisão Assistencial). Os dois grandes compromissos do Instituto são as atividades de ensino e

pesquisa, voltadas principalmente para o público acadêmico, e as atividades de assistência, voltadas para o público externo.

O Instituto foi certificado no ano de 2004 pelos Ministérios da Saúde e da Educação, como Hospital de Ensino no Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino. Recebe alunos dos cursos de Medicina, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição e Psicologia. Como atividades de pós-graduação lato sensu, oferece, além do Programa de Residência Médica em pediatria e suas especialidades, cursos de especialização e aperfeiçoamento na área pediátrica. Sedia ainda cursos de pós-graduação strictu sensu, mestrado e doutorado, vinculados ao Programa de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Divisão de Ensino, tem por função, prover meios para o bom funcionamento dos cursos de pós-graduação lato sensu, obedecendo à legislação vigente e aos protocolos institucionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a área. Além disso, o Instituto é sede do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, responsável pelo ensino de Pediatria no curso de graduação em Medicina.

Em relação à pesquisa, o Instituto possui um quadro de pesquisadores que desenvolvem teses, dissertações, artigos e publicações no campo da saúde da criança e do adolescente. A pesquisa, no Instituto, procura aproximar os interesses científicos dos pesquisadores às necessidades globais da instituição, oriundas principalmente das áreas do ensino e da assistência. Já as atividades de extensão, possuem o objetivo de realizar a aproximação e a interação entre o mundo acadêmico e a comunidade. Como extensão, o Instituto desenvolve atividades educativas, culturais e de disseminação de conhecimentos. A Divisão de Extensão é responsável pela promoção e coordenação de atividades de caráter educativo e científico, que articuladas com o ensino e a pesquisa, visam ampliar a relação entre a instituição e a sociedade.

No campo da assistência, a instituição presta serviço a crianças de zero a treze anos que necessitam de atenção de média e alta complexidade, sendo especializado em casos clínicos complexos nas áreas de Adolescentes, Alergia, Anemia Falciforme, Cardiologia, Cirurgia Pediátrica, Dermatologia, Diabetes, AIDS, Endocrinologia, Enfermagem, Fisioterapia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Gastroenterologia, Genética, Ginecologia Infanto-Puberal, Materno-Infantil, Medicina Transfusional, Nefrologia,

Nutrição, Nutrologia, Oftalmologia, Onco-Hematologia, Otorrinolaringologia, Pediatria do Desenvolvimento, Pediatria Geral, Pneumologia, Psicologia, Psicologia Aplicada a Reabilitação, Reumatologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Urologia. Os serviços de apoio diagnóstico ou terapêutico contam com Farmácia, Radiologia e Laboratórios de Anatomia Patológica, de Bacteriologia, de Genética, de Análises Clínicas e de Imunologia. O ambulatório faz parte da Unidade de Pacientes Externos e possui a missão de prestar atendimento às crianças e adolescentes com patologias que necessitam de investigação e/ou acompanhamento sistemático e especializado e que não possa ser realizado na rede básica de saúde, assim como de crianças já acompanhadas em uma ou mais especialidades que necessitem da instituição para uma atenção integral à saúde, inclusive com papel de articular os múltiplos atendimentos dos demais setores.

Entretanto, é a Unidade de Pacientes Internos (UPI) a responsável pela política de humanização da instituição. Ela recebe pacientes da Unidade de Pacientes Externos e da Emergência. Os pacientes atendidos nessa Unidade apresentam, em sua maioria, quadros graves e complexos, sendo encaminhados para esclarecimento diagnóstico e realização de procedimentos terapêuticos. A UPI é composta por seis enfermarias pediátricas, com seis a oito leitos cada, duas enfermarias de lactentes, duas enfermarias de escolares, uma enfermaria de cirurgia pediátrica e uma enfermaria de onco-hematologia, somando, dessa forma, cinquenta e dois leitos ativos. Em cada enfermaria, trabalha uma equipe composta por profissionais de diversas tarefas – multiprofissional - e, além da equipe fixa de cada enfermaria, existe uma equipe de apoio multidisciplinar. Como uma estratégia de suporte e humanização, semanalmente, a gerência da Unidade de Pacientes Internos visita todas as enfermarias, a fim de dar apoio à equipe multiprofissional, procurando identificar fatores que estão influenciando o processo de cuidado de cada uma das crianças internadas e buscando viabilizar soluções dos problemas, reduzindo assim o tempo de hospitalização.

As visitas às crianças são diárias e os acompanhantes recebem cartilha de acolhimento no ato da internação. Recebem ainda apoio do serviço social com visitas diárias ao leito e reuniões semanais com psicólogos, com o objetivo de ampliar a escuta a esses familiares. Contando ainda com outras ações de humanização, a Unidade de Pacientes Internos busca reduzir o impacto do processo de hospitalização e contribuir para a manutenção da rotina da criança. Para isso, conta com o Núcleo de Humanização

do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, que tem como um de seus objetivos, coordenar as atividades de humanização desenvolvidas na instituição e em especial, as que não estão inseridas no contexto formal da assistência hospitalar. Dentre as diversas atividades, destaque para o Projeto Cine Criança, para a Recreação Hospitalar na Unidade de Pacientes Internos e as parcerias públicas com a Secretaria Municipal de Educação, através da Classe Escolar, com o Ministério da Saúde, através da Biblioteca Viva, e o Projeto Brincante, com a Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ, que passou a ser projeto de pesquisa e extensão. Através de parcerias com organizações não governamentais, existe o trabalho dos Doutores Palhaços, também conhecidos como Doutores da Alegria, onde atuam atores profissionais e a Associação Saúde Criança Recomeçar, que desenvolve seu trabalho com voluntários no apoio pós-alta hospitalar. A parceria com o Instituto Desiderata, permitiu a criação do Aquário Carioca - sala de quimioterapia, e os Contadores de Histórias, com o Instituto Rio de Histórias, que passou a ser extensão universitária e que conta com alunos voluntários da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tais atividades contribuem para o bem estar e a recuperação da criança internada.

Um dos destaques do programa de humanização, o Projeto Biblioteca Viva em Hospitais, conta com um acervo literário de livros infanto-juvenil, carrinhos coloridos para transportá-los, almofadas, tapetes e mochilas que busca levar, para a criança internada no hospital, uma forma alegre e irreverente de lidar com a doença e com a internação. O projeto foi implantado com o objetivo de promover a reconstituição de um espaço de vitalidade, de preservação e de desenvolvimento da saúde psíquica com as crianças em situação de internação hospitalar ou atendimento ambulatorial. Essa atitude visa mudar a idéia de que criança em hospital seja só um paciente e não mais criança. A leitura traz prazer, intimidade e proximidade afetiva, possibilitando que a criança se identifique com histórias e personagens, que ria e se emocione com contos, painéis e com as imagens contidas nos livros.

No Instituto, a mediação de leitura acontece diariamente, em diferentes espaços físicos do hospital como ambulatório, atendimento, enfermarias e emergência. Os livros são apresentados à criança, podendo despertar ou não interesse pela história. Cabe ao mediador respeitar a sua vontade e o tempo em que ela deseja para ouvir as

histórias. O trabalho desenvolvido não tem fins lucrativos e se estabeleceu para que fosse referência de institucionalização e multiplicação de mediadores de leitura.

O Instituto conta ainda com programas e projetos assistenciais especiais, tais como o Núcleo de Atenção à Criança Vítima de Violência, o Núcleo de Reabilitação e Acompanhamento do Desenvolvimento Neuro-Psicomotor, o Programa de Acompanhamento de Crianças Portadoras de Anemia Falciforme, o Programa de Acompanhamento de Crianças Portadoras de Diabetes, o Programa de Acompanhamento de Crianças Portadoras de Diarréia Persistente, o Programa de Assistência Integral à Gestante HIV Positiva, o Programa de Erradicação da Febre Reumática e o Projeto Expande. Destaque para o trabalho do Núcleo de Atenção à Criança Vítima de Violência, que iniciou suas atividades em 1995 e tem como objetivos, o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência; o ensino de aspectos práticos e teóricos envolvidos na assistência prestada; e o desenvolvimento de atividades de pesquisa na área. O trabalho tem sido realizado de forma multidisciplinar, envolvendo profissionais das áreas de Medicina, Psicologia, Assistência Social e Enfermagem. O Núcleo ainda mantém intercâmbio com instituições de áreas afins, que complementam a atenção necessária aos casos atendidos (BRASIL, 2007).

Além das atividades assistenciais, o Instituto procura buscar ações que estabeleçam vínculos éticos e solidários a partir da identificação das necessidades sociais de saúde. Aliás, na própria estrutura do Instituto, nota-se a preocupação com o aspecto ético e humano do serviço a ser prestado à população. Todas as pesquisas desenvolvidas na instituição, envolvendo seres humanos, devem ser submetidas à apreciação da Comissão de Ética em Pesquisa (CEP/IPPMG), respeitando, dessa forma, o Código de Ética Médica, regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina através da Resolução nº 1.931/2009 e o Código de Processo Ético-Profissional, regulamentado através da Resolução nº 1.897/2009 (CFM, 2010).

A preocupação constante em torno de um atendimento mais ético e humano tem criado um aumento constante de pacientes à procura dos serviços do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. Atualmente, são realizadas em média, duas mil e novecentas internações anuais, o que, segundo dados oficiais da Secretaria Municipal de Saúde, faz com que o Instituto detenha o maior número de internações pediátricas dos hospitais públicos do município do Rio de Janeiro.

## Conclusão

Segundo Henry Rousso, cabe ao historiador se prevenir contra o fetichismo do documento, tão difundido nos dias atuais, e que caminha lado a lado com a obsessão, igualmente suspeita, de uma transparência absoluta. Nenhum documento fala por si só. Existe um abismo entre aquilo que o autor de um documento pôde ou quis dizer, a realidade que esse documento exprime e a interpretação que os historiadores que se sucederão em sua leitura farão mais tarde. Um abismo irremediável que deve estar sempre presente na consciência, pois assinala a distância irreduzível que separa o presente do passado. O trabalho do historiador é, por definição, uma operação seletiva, que depende do que foi efetivamente conservado, depende da sua capacidade pessoal e se inscreve num contexto particular (ROUSSO, 1996: 90).

Ao analisar o passado e o presente do Instituto de Puericultura, deve-se levar em consideração as transformações ocorridas nos discursos e nas práticas dos especialistas do campo. Contudo, ao realizar tal análise, deve-se levantar o pensamento científico da época, a fim de não distorcer os fatos. Nas décadas de 1930 e 1940, pelo menos até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os assassinatos em massa, praticados pelas tropas nazistas contra grupos considerados racialmente inferiores, chocou a opinião pública mundial, o pensamento científico, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos e América Latina, incluindo o Brasil, com algumas diferenças, se pautava pela defesa da raça.

A puericultura nacional e o Instituto de Puericultura em particular, nessa primeira fase, apesar da luta contra a mortalidade infantil, não deixou de absorver o discurso e as práticas eugenistas, principalmente através de serviços de eugénica e eufrenia, na condução do programa de profilaxia de doenças na assistência à maternidade, à infância e à adolescência. Isso era decorrente da própria inserção dos especialistas do campo no grupo dominante da sociedade brasileira. Com isso, davam embasamento científico ao discurso, relacionando as mazelas sociais, tais como o alcoolismo, as moradias insalubres e doenças como a sífilis e a tuberculose, à miséria e, principalmente, à ignorância da população pobre dos centros urbanos e do campo. Em contrapartida, a partir da década de 1960, esses especialistas deram uma guinada nas práticas e nos discursos, buscando mostrar serem os erros cometidos pelas políticas de

governo e as desigualdades sociais, os principais responsáveis pelos problemas na assistência materno-infantil e por uma maior eficiência no combate à mortalidade infantil. Além disso, nos últimos trinta anos, vem se desenvolvendo, paulatinamente no Brasil, uma luta constante para o desenvolvimento de políticas voltadas para a defesa dos direitos humanos e de inclusão social, que acabam se inserindo nas políticas de saúde pública. Dessa forma, o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira não ficaria alijado desse processo.

Marieta de Moraes Ferreira, em texto sobre os desafios da história do tempo presente, cita o pensamento de Roger Chartier, que tece comentário sobre o papel do pesquisador. Segundo o autor, sendo o pesquisador, contemporâneo de seu objeto, divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. No entanto, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, serve como um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história. Por outro lado, o estudo da presença do passado incorporado ao presente das sociedades, iniciado pelos historiadores do tempo presente, abre novas temáticas e abordagens para pesquisadores de outros períodos da história.

A história do tempo presente pode permitir, com mais facilidade, a necessária articulação entre a descrição das determinações e das interdependências desconhecidas que tecem os laços sociais. Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social (FERREIRA, 2000: 11-12).

Dessa forma, acredita-se que o principal conceito da puericultura atual, demonstrado pela prática do IPPMG, está baseado na humanização e na ética. Isso se deve a dois fatores primordiais: primeiro, à mudança ocorrida na mentalidade dos especialistas do campo a partir da década de 1960, cuja visão de equidade se tornou adequada à defesa da inclusão social e dos direitos humanos; segundo, pelo acompanhamento da medicina brasileira à defesa dos direitos fundamentais, presentes na Constituição Federal de 1988, através do Código de Ética Médica e do Código de Processo Ético-Profissional. Contudo, o que destaca o trabalho da instituição é a humanização de seus serviços, principalmente em relação a criança internada, onde a

instituição busca amenizar o sofrimento e a angústia da internação com projetos voltados ao seu bem estar, como os Doutores da Alegria e a Biblioteca Viva. Dessa maneira, busca levar qualidade de vida às crianças pacientes através da recuperação da alegria inerente à infância.

### Referências Bibliográficas

BONILHA, Luis Roberto de Castro Martins. *Puericultura: olhares e discursos no tempo*. Campinas: UNICAMP, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, v.94, nº 3, maio/jun. Petrópolis, 2000.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. 1ª edição brasileira. Traduzido de: Naissance de la Clinique. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977.

GESTEIRA, J. Martagão. Instituto de puericultura. In.: *Boletim do instituto de puericultura nº 1, ano I de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

GESTEIRA, J. Martagão. Cadeira de puericultura e clínica da primeira infância da Universidade do Brasil - aula inaugural. In.: *Boletim do instituto de puericultura nº 2, ano I de 1938*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

GOMES, Ângela M. de Castro. Os mecanismos centralizadores: interventorias, institutos, autarquias e conselhos econômicos. In: *O Brasil republicano, v. 10: sociedade e política (1930-1964)/por Ângela Maria de Castro Gomes... [et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda*. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PEREIRA, André R. V. V. *Políticas sociais e corporativismo no Brasil: o departamento nacional da criança no estado novo*. Niterói : ICHF/UFF, 1992.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. In: *Revista de estudos históricos, vol. 9, nº 17*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SOUSA, Cynthia P. de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: *Capanema : o ministro e seu ministério / Organizadora Ângela de Castro Gomes*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Brasil. Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira*. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <http://www.ippmg.org.br/default.asp>. Acesso em: 20 jul. 2010.

Conselho Federal de Medicina. *Código de ética médica*. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra.asp>. Acesso em 20 jul. 2010.